



www.teconconcursos.com.br/questoes/1896376

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Formação e Capacitação/2021
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1801) A segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio. No que se refere a esse assunto, julgue o item que se segue.

À Polícia Federal incumbem o policiamento de fronteiras e o controle de pessoas que tentam entrar no território brasileiro pelas vias aérea e marítima, cabendo à Polícia Rodoviária Federal tal atribuição em relação às fronteiras terrestres.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1896476

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1802) Acerca de segurança pública, julgue o item seguinte.

A remuneração dos servidores que integram a segurança pública deve ser fixada exclusivamente por subsídio estabelecido em parcela única.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/1896477

CEBRASPE (CESPE) - ATCG (MJSP)/MJSP/Técnico Especializado em Gestão de Ativos e Parcerias/2021
Direito Constitucional (CF/1988 e Doutrina) - Segurança Pública (art. 144 da CF/1988)

1803) Acerca de segurança pública, julgue o item seguinte.

Compete à polícia penal fazer o policiamento ostensivo e a preservação da ordem pública.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2591330

CEBRASPE (CESPE) - AFM (Pref Fortaleza)/Pref Fortaleza/Direito/2023
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 1.079/1950 - Crimes de Responsabilidade e o Respetivo Processo de Julgamento

1804) Com base na legislação pertinente aos crimes de responsabilidade fiscal, julgue o item abaixo.

Não constitui crime de responsabilidade fiscal ordenar despesa não autorizada por lei.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3259079

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRF6/TRF 6/Administrativa/Agente da Policia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1805) A respeito de crimes contra a administração pública, crimes de abuso de autoridade, crimes resultantes de preconceitos de raça ou cor, e crimes contra o patrimônio, julgue o item a seguir, observando, no que couber, a jurisprudência dos tribunais superiores.

Os crimes de abuso de autoridade são de ação penal pública incondicionada, admitindo a substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direito, que poderão ser aplicadas autônoma ou cumulativamente.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3315083

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Direito/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1806) João é servidor público efetivo da ANM e desempenha a função de fiscalização da exploração e do aproveitamento de recursos minerais. No exercício dessa função, João solicitou à empresa mineradora X o pagamento de propina, em dinheiro, para não fiscalizar as atividades minerárias da referida empresa, a qual, por sua vez, não cedeu ao assédio de João e recusou-se a efetuar o pagamento da propina solicitada. Mesmo sabendo da regularidade das atividades da empresa mineradora X, e sem que houvesse justa causa fundamentada, João decidiu, em retaliação, instaurar processo administrativo fiscalizatório, com escopo amplo e irrestrito, contra a empresa. Em razão desses fatos, a empresa formalizou denúncia à unidade setorial de correção da ANM, expondo o ocorrido. A denúncia foi devidamente acompanhada dos indícios de autoria e materialidade dos fatos.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir, à luz das Leis n.º 8.429/1992, n.º 12.813/2013 e n.º 13.869/2019 e da Portaria Normativa CGU n.º 27/2022.

Ao ter instaurado processo administrativo fiscalizatório sem justa causa fundamentada, João praticou crime de abuso de autoridade, sendo admitida, na inércia do Ministério Público, a propositura de ação penal privada subsidiária da pública pela empresa mineradora X.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321900

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1807) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Um dos efeitos da condenação pelo crime de abuso de autoridade é a perda do cargo público. Porém, esse efeito somente ocorrerá no caso de reincidência em crimes dessa mesma natureza.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3321901

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1808) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Ainda que o agente público seja condenado criminalmente por um crime de abuso de autoridade, ele poderá, também, ser responsabilizado civil e administrativamente pela mesma conduta.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1809) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

Para a caracterização do crime de abuso de autoridade, é preciso que o agente esteja no exercício de suas funções públicas.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

CEBRASPE (CESPE) - ERM (ANM)/ANM/Engenharia de Minas/Correcional/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1810) Acerca do crime de abuso de autoridade e das definições constantes da Lei n.º 13.869/2019, julgue o item subsequente.

O crime de abuso de autoridade é passível de cometimento por particular que venha a exercer função pública, transitoriamente e sem remuneração.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Agente da Policia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1811) Com base nas Leis n.º 9.099/1995, n.º 13.869/2019, n.º 7.716/1989 e n.º 10.741/2003, julgue o item a seguir, relativo a crimes resultantes de raça ou cor, a crimes de menor potencial ofensivo, ao abuso de autoridade e aos direitos da pessoa idosa.

Considere que um servidor público tenha sido condenado a pena privativa de liberdade por ter cometido crime de abuso de autoridade. Nesse caso, é vedada a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

CEBRASPE (CESPE) - TJ TRT10/TRT 10/Administrativa/Agente da Policia Judicial/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1812) Com base nas Leis n.º 9.099/1995, n.º 13.869/2019, n.º 7.716/1989 e n.º 10.741/2003, julgue o item a seguir, relativo a crimes resultantes de raça ou cor, a crimes de menor potencial ofensivo, ao abuso de autoridade e aos direitos da pessoa idosa.

Dar início à perseguição administrativa sem justa causa fundamentada é crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade, sendo seu julgamento de competência de juizado especial, uma vez que se trata de crime de menor potencial ofensivo.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

CEBRASPE (CESPE) - AJ (STM)/STM/Judiciária/"Sem Especialidade"/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1813) A respeito dos crimes previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei Antidrogas (Lei n.º 11.343/2006), considerando a jurisprudência correlata dos tribunais superiores, julgue o item a seguir.

Constitui crime de abuso de autoridade o ato de um agente público responsável por investigações antecipar, por mero capricho ou satisfação pessoal, via rede social, atribuição de culpa à pessoa investigada, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/3545818

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2025

Direito Penal - Dos Crimes contra a Inviolabilidade de Domicílio (art. 150 do CP)

1814) A respeito de crimes contra a pessoa, julgue o próximo item, conforme a legislação de regência, a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores.

Caracteriza o crime de violação de domicílio qualificada a ação de um policial, consciente e voluntariamente, conhecendo a ilegalidade de sua conduta, ingressar em casa alheia às 4 horas da madrugada, em cumprimento a mandado de busca e apreensão.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3626416

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1815) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

Na situação, o ingresso no domicílio do investigado, por não ter ocorrido em horário compreendido entre 21 h de um dia e 5 h do dia seguinte, sem fundado motivo e sem autorização judicial específica para tanto, caracteriza crime de abuso de autoridade, apesar do mandado de busca e apreensão.

Certo
Errado

Gabarito: Anulada

www.tecconcursos.com.br/questoes/3626420

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1816) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A conduta do agente de ter submetido a filha do investigado, nas circunstâncias narradas, à exibição forçada de dados privados do aparelho celular configura obtenção manifestamente ilícita de prova e enseja a responsabilização do agente por abuso de autoridade.

Certo

Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/3626423

CEBRASPE (CESPE) - Proc Jur (Andradina)/Pref Andradina/2025

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1817) Durante o cumprimento de mandado de busca e apreensão no domicílio de um servidor público municipal investigado por supostos desvios de recursos públicos, policiais civis ingressaram no imóvel às 4 h 30 min da manhã. Durante a diligência, um dos agentes, sem se identificar, constrangeu a filha do investigado, a qual era menor de idade, a exibir o aparelho celular dela desbloqueado, sob ameaça de prisão, sem ter apresentado mandado judicial para esse fim. Após a diligência, um dos agentes divulgou, em redes sociais na Internet, vídeos e fotos do interior da casa e da família do investigado, com comentários em que atribuía culpa ao suspeito.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item seguinte, de acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre abuso de autoridade.

A referida publicação de comentários na Internet que atribuem culpa ao investigado antes da acusação formal configura mera infração administrativa, contudo a divulgação das imagens obtidas durante a diligência investigativa caracteriza crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2972487

CEBRASPE (CESPE) - CGM (Cach Itapemirim)/Pref Cach Itapemirim/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1818) Com base nas Leis n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade), n.º 8.072/1990 (Lei de Crimes Hediondos), n.º 9.455/1997 (Lei de Tortura) e n.º 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento), julgue o item a seguir.

Se um agente público, no exercício de sua função, responder criminalmente por suposto abuso de autoridade, e a sentença penal reconhecer que o ato foi praticado em estado de necessidade, a decisão não fará coisa julgada no âmbito cível e tampouco no administrativo-disciplinar, considerada a independência das instâncias.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2995332

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1819) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A citada lei prevê como penas restritivas de direitos substitutivas das privativas de liberdade a limitação de fim de semana, a prestação de serviços à comunidade e a suspensão do exercício do cargo, da função ou do mandato, pelo prazo de 1 mês a 12 meses, com a perda dos vencimentos e das vantagens.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2995334

CEBRASPE (CESPE) - AJ CNJ/CNJ/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1820) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que dispõe sobre o abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

O condenado por crime de abuso de autoridade será obrigado a indenizar o dano causado, devendo o juiz, a requerimento do ofendido, fixar na sentença o valor mínimo da indenização.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186691

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1821) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

A aplicação das penas previstas na Lei de Abuso de Autoridade requer a imposição das sanções de natureza civil ou administrativa cabíveis.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186692

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1822) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

As penas estabelecidas na Lei de Abuso de Autoridade circunscrevem-se a reclusão e multa.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3186693

CEBRASPE (CESPE) - AJ STJ/STJ/Administrativa/Inspetor da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1823) Com base na Lei n.º 9.099/1995 a respeito dos juizados especiais cíveis e criminais, na Lei de Abuso de Autoridade (Lei n.º 13.869/2019) e na Lei n.º 7.716/1989, que dispõe sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor, julgue os itens a seguir.

Membros de conselhos de contas podem figurar como sujeitos ativos de crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3198997

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MPTC DF)/TC DF/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1824) Julgue os itens que se seguem com base no disposto no Código Penal e nas Leis n.º 12.850/2013, n.º 13.869/2019 e n.º 9.613/1998 e respectivas alterações.

À falta de qualquer indício da prática de infração, a requisição de procedimento investigatório de delito administrativo em desfavor de alguém é crime de abuso de autoridade, ainda que tal requisição seja realizada por meio de sindicância devidamente justificada.

Certo

Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206541

CEBRASPE (CESPE) - AJ TSE/TSE/Judiciária/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1825) A respeito da punibilidade e das suas causas de extinção, da prescrição, dos crimes contra a administração pública e do abuso de autoridade, julgue o próximo item, considerando o entendimento jurisprudencial dos tribunais superiores.

Entre os efeitos da condenação por crime de abuso de autoridade encontra-se a perda da função pública, que está condicionada à reincidência em crime da mesma natureza e deve ser expressa fundamentadamente na sentença.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206712

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1826) Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Os integrantes de sociedade de economia mista e de empresa pública não estão sujeitos à tipificação penal prevista na lei que define os crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3206713

CEBRASPE (CESPE) - TJ TSE/TSE/Administrativa/Agente da Polícia Judicial/2024

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1827) Com base nas Leis n.º 9.099/1995 (juizados especiais cíveis), n.º 13.869/2019 (abuso de autoridade), n.º 10.741/2003 (Estatuto da Pessoa Idosa) e n.º 10.098/2000 (pessoas com deficiência), julgue o item que se segue.

Se um agente público cometer crime de abuso de autoridade, é vedada a substituição de eventual pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2305018

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCERJ)/TCE RJ/2023

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1828) A partir das disposições da Lei n.º 13.869/2019, acerca do abuso de autoridade, e da Parte Geral do Código Penal, julgue o item a seguir.

São efeitos possíveis, mas não automáticos, da condenação por abuso de autoridade, no caso de reincidência, a inabilitação para o exercício de cargo, mandato ou função pública pelo período de um a cinco anos e a perda do cargo, do mandato ou da função pública.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/2424361

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1829) Julgue o item a seguir conforme a Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

É possível submeter o preso a interrogatório policial durante o período de repouso noturno, sem que isso configure crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/2424362

CEBRASPE (CESPE) - Tec (CNMP)/CNMP/Apoio Técnico Administrativo/Segurança Institucional/2023
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1830) Julgue o item a seguir conforme a Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade).

Os crimes previstos na Lei de Abuso de Autoridade não podem ser imputados a nenhum membro do CNMP, pois estes possuem estatuto próprio, aplicando-se, portanto, o princípio da especialidade.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1897096

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1831) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É atípica a conduta descrita em lei como abuso de autoridade quando praticada por mero capricho ou satisfação pessoal do agente, sendo exigida a finalidade específica de prejudicar ou beneficiar outrem.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1897097

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1832) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A perda e a inabilitação do agente para o exercício de cargo, mandato ou função pública são efeitos automáticos da condenação por crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1897100

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022
Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1833) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, todavia não se pode questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando já decididas por sentença penal definitiva.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/1897101

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1834) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

O agente responsável pelas investigações que antecipar, por meio de rede social, atribuição de culpa, antes de concluir a apuração e formalizar a acusação, terá cometido crime de ação penal pública punido com detenção.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/1897103

CEBRASPE (CESPE) - AAmb (IBAMA)/IBAMA/Recuperação Ambiental, Monitoramento e Uso Sustentável da Biodiversidade, Controle e Fiscalização/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1835) De acordo com a Lei n.º 13.869/2019, que se refere ao crime de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

É lícita a conduta de agente público negar a interessado acesso aos autos de procedimento investigatório de infração penal, civil ou administrativa antes de sua conclusão definitiva.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156950

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1836) Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

As responsabilidades civil e administrativa são independentes da criminal, não se podendo questionar sobre a existência ou a autoria do fato quando essas questões já tenham sido decididas no juízo criminal. Contudo, faz coisa julgada em âmbito cível, assim como no administrativo-disciplinar, a sentença penal que reconhece ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/2156951

CEBRASPE (CESPE) - Proc (MP TCE-SC)/TCE SC/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1837) Com base na Lei n.º 13.869/2019, julgue o item a seguir, a respeito dos crimes de abuso de autoridade.

Caso seja reconhecida a reincidência em crime de abuso de autoridade, a perda do cargo público é efeito automático da sentença condenatória.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208621

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1838) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir.

Um servidor público determinou a instauração de procedimento fiscalizatório com base no teor de uma correspondência fechada, pertencente ao fiscalizado, cujo conteúdo foi indevidamente devassado por terceiro, e esse fato era previamente conhecido pelo servidor. Nesse caso, o servidor público praticou, em tese, um dos crimes de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/2208622

CEBRASPE (CESPE) - AGE (SEE PE)/SEE PE/Direito/2022

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1839) Com base na Lei n.º 13.869/2019, que trata dos crimes de abuso de autoridade, e nas disposições constitucionais aplicáveis ao direito penal, julgue o item a seguir.

A Lei de Abuso de Autoridade define, de forma expressa, o conceito de "dia", previsto na CF em referência ao direito fundamental à inviolabilidade do domicílio, e, assim, permite o cumprimento do mandado judicial de busca e apreensão domiciliar no período compreendido entre 5h00 e 21h00 de um mesmo dia, sem que haja a configuração de crime.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/1505998

CEBRASPE (CESPE) - Ass Jur (CODEVASF)/CODEVASF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1840) Com relação ao direito penal, julgue o item a seguir.

Cometerá crime previsto na Lei n.º 13.869/2019 (Lei de Abuso de Autoridade) o funcionário público que iniciar persecução administrativa sem justa causa fundamentada.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/1611308

CEBRASPE (CESPE) - PRF/PRF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1841) A respeito da identificação criminal, do crime de tortura, do abuso de direito, da prevenção do uso indevido de drogas, da comercialização de armas de fogo e dos crimes hediondos, julgue o item que se segue.

Qualquer agente público, ainda que não seja servidor e não perceba remuneração, pode ser sujeito ativo do crime de abuso de autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/1624704

CEBRASPE (CESPE) - DPF/PF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1842) Com relação aos crimes previstos em legislação especial, julgue o item a seguir.

A antecipação, por delegado da Polícia Federal, por meio de rede social, da atribuição de culpa, antes de concluídas as apurações e formalizada a acusação, caracteriza crime previsto na Lei de Abuso de Autoridade.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/1625855

CEBRASPE (CESPE) - PPF/PF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1843) No que se refere à legislação especial, julgue o item a seguir.

Suponha que determinado policial federal tenha dado início à persecução penal contra uma pessoa, sem justa causa fundamentada, e outro policial, da mesma delegacia, tenha impedido, sem justa causa, a entrevista pessoal e reservada do preso com seu advogado. Nessas situações, os dois policiais estarão sujeitos à mesma sanção penal.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1657028

CEBRASPE (CESPE) - AgFEP (DEPEN)/SENAPPEN/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1844) o item que se segue, é apresentada uma situação hipotética seguida de uma assertiva a ser julgada, acerca da legislação especial penal.

O Ministério Público perdeu o prazo para oferecer denúncia relativa a um crime de abuso de autoridade. Nessa situação, apesar de esse tipo de ação ser pública e incondicionada, admite-se a apresentação de ação penal privada subsidiária.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/1698607

CEBRASPE (CESPE) - Ag Pol (PC DF)/PC DF/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1845) Com base na legislação relativa a crimes de abuso de autoridade e atos de improbidade administrativa, julgue o item a seguir.

Caracteriza abuso de autoridade o cumprimento de mandado de busca e apreensão domiciliar fora do horário do expediente forense, se feito sem justa causa.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1796702

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1846) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Não caracteriza abuso de autoridade a submissão de preso a interrogatório durante o período de repouso noturno em caso de flagrante delito ou se ele, devidamente assistido, consentir em prestar declarações.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/1796703

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1847) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A ação penal, nesse caso, será pública incondicionada, podendo a autoridade policial instaurar inquérito de ofício sem qualquer provocação.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/1796704

CEBRASPE (CESPE) - Ag PJ (PC SE)/PC SE/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1848) Acerca dos crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A perda do cargo em razão de condenação por crime de abuso de autoridade é de efeito automático, procedendo-se o afastamento do servidor público a partir do recebimento da denúncia.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837282

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1849) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Eventual abuso cometido no cumprimento da medida alcança exclusivamente os agentes policiais, visto que a legislação de regência não prevê como sujeito ativo membros do Poder Judiciário.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/1837284

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1850) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

Caracterizado o crime de abuso de autoridade, caberá ao conduzido representar criminalmente contra a autoridade que determinou a medida, cuja representação é condição de procedibilidade para eventual ação penal.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/1837287

CEBRASPE (CESPE) - Agepen (SERIS AL)/SERIS AL/2021

Legislação Penal e Processual Penal Especial - Lei nº 13.869/2019 - Lei de Abuso de Autoridade (antiga Lei nº 4.898/1965)

1851) Uma testemunha devidamente notificada a comparecer em audiência judicial não atendeu à notificação nem apresentou motivo justificado. A autoridade judicial determinou, então, a condução coercitiva da testemunha, mediante apoio policial.

Considerando essa situação hipotética e os termos da legislação que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, julgue o item a seguir.

A conduta descrita caracteriza abuso de poder, uma vez que a restrição somente é cabível após o descumprimento de duas intimações válidas.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317243

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1852) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Na consolidação de leis federais, é vedada a renumeração dos artigos consolidados.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317245

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1853) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

As medidas provisórias vigentes e ainda não convertidas em lei não poderão ser objeto de projetos de consolidação da legislação federal

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317246

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1854) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Dentre as três partes básicas que devem compor a estrutura de uma lei, a parte preliminar é aquela que contempla a figura do preâmbulo, no qual deve ser explicitado, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei em questão.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.teconconcursos.com.br/questoes/3317248

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1855) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

É vedada a disciplina de um mesmo assunto em mais de uma lei, exceto se entre a lei básica e as posteriores houver relação de complementariedade, cuja vinculação deve se dar por remissão expressa.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317249

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1856) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Na elaboração de um texto legal, os artigos compõem a unidade básica de articulação, podendo desdobrar-se em parágrafos ou em incisos, ao passo que estes últimos se dividem em itens.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317250

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1857) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

Os parágrafos têm a função de complementar a norma enunciada no *caput* do artigo ou estabelecer exceções a ela.

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/3317252

CEBRASPE (CESPE) - AA (ANM)/ANM/Qualquer Área de Formação/2025

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1858) A respeito da disciplina alusiva à elaboração, à redação, à alteração e à consolidação de leis e atos normativos, julgue o item a seguir, de acordo com a Lei Complementar n.º 95/1998.

No âmbito da alteração das leis, é vedado o aproveitamento do número de dispositivo declarado inconstitucional pelo STF, devendo a lei alterada manter a indicação do referido número seguida da expressão "declarado inconstitucional, em controle concentrado, pelo Supremo Tribunal Federal".

Certo
Errado

Gabarito: Certo

www.tecconcursos.com.br/questoes/2781883

CEBRASPE (CESPE) - Arq e Urb (CAU BR)/CAU BR/2024

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1859) Acerca de redação e técnica legislativa, julgue o item subsequente.

Conforme lei complementar que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis, o texto de uma lei deverá ser estruturado em quatro partes básicas: parte preliminar, parte de articulação de impedimento, parte normativa e parte final.

Certo
Errado

Gabarito: Errado

CEBRASPE (CESPE) - ACP (MP TCE-SC)/TCE SC/Direito/2022

Redação Oficial - Lei Complementar nº 95/1998 - Atos Normativos

1860)

Considerando o texto CB1A1-I, constituído de uma portaria hipotética, e as disposições do **Manual de Redação da Presidência da República** (MRPR), julgue o item seguinte.

Inexiste ementa nessa portaria porque o propósito comunicativo do documento apresentado é tratar de uma questão de pessoal.

Certo

Errado

Gabarito: Certo
